

Dívida Pública

Déficit nominal diminui e fica em R\$ 2,68 bi

27 MAR 2000

Ênio Vieira
de Brasília

Os governos estaduais e municipais garantiram boa parte do desempenho positivo das contas públicas em janeiro. No conceito nominal — diferença entre o gasto com juros nominais (dívida pública) e o superávit primário — os números estão bem melhores do que no ano passado, mas persiste uma despesa elevada com juros. Os juros nominais somaram R\$ 6,783 bilhões influenciando no déficit nominal de R\$ 2,689 bilhões. No todo, considerando-se apenas despesas e receitas — excluindo o pagamento de juros, portanto —, o setor público obteve saldo positivo de R\$ 4,094 bilhões pelo conceito primário. Em janeiro do ano passado, o superávit foi de R\$ 1,040 bilhão.

Estados e municípios contribuíram com R\$ 2,298 bilhões. O governo central (União, estatais, INSS) fechou janeiro com superávit de R\$ 1,797 bilhão. O resultado possibilita

uma margem de manobra para o governo nas contas públicas este ano, uma vez que está acertado um superávit primário de R\$ 36,5 bilhões com o FMI — maior que os R\$ 31 bilhões do ano passado.

O resultado surpreendeu o Banco Central. A projeção era de superávit primário de R\$ 730 milhões, bem abaixo dos R\$ 4 bilhões alcançados. Os gastos com 13º salário do funcionalismo foram feitos integralmente em dezembro (e não em janeiro como nos últimos anos). Outro motivo está na arrecadação global do ICMS, que registrou aumento de 24,45%, passando de R\$ 5,263 bilhões em 1999 para R\$ 6,550 bilhões este ano.

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), o acumulado em doze meses caiu de 10,01% em dezembro para 4,6% — é a primeira vez que o déficit desastroso de janeiro de 1999 (R\$ 52,26 bilhões), devido à desvalorização do real, deixa de influenciar o resultado.

GAZETA MERCANTIL

27 DEZ 1999